

Movimentos: lutas camponesas no oeste catarinense

*Equipe do CEOM**

Movimento de mulheres agricultoras - Movimento de mulheres camponesas

Contextos

A partir da década de 1970, um tom de lilás suave começa a espalhar-se, a princípio pela região Sul do Brasil e, pouco a pouco, junta-se a outras cores, nas grandes manifestações, nas passeatas, nos congressos sindicais, nos protestos de agricultores... Em todos esses eventos, as vozes que se ouve clamam por cidadania, assistência e seguridade de direitos no campo e, por reconhecimento do trabalho e da identidade das mulheres agricultoras. São vozes de mulheres e homens camponeses que sentem os efeitos da modernização capitalista na agricultura, da peste suína e do êxodo rural daí advindo, e também das políticas agrícolas segregacionistas, voltadas às médias e grandes propriedades. A ditadura militar agonizante deixa entrever um contingente populacional que já não espera do Estado iniciativas de inclusão, mas vai protagonizar ações de transformação da sociedade. Grande parte da população ainda estava sediada no campo, onde os conflitos e o abandono do Estado são mais visíveis.

As raízes do movimento

A Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da recém-criada Comissão Pastoral da Terra (CPT), somada à ação das oposições sindicais, são fundamentais na organização dos trabalhadores rurais e na denúncia da violência e do latifúndio.

E as mulheres trabalhadoras participam juntamente com os homens nas visitas às comunidades onde se realizava o "*trabalho de base*" e colaboram na organização das "*Semanas Sindicais*". Porém, evidencia-se aí uma forma de exclusão: **nem mesmo sócias do sindicato elas eram! Sendo consideradas apenas dependentes de seus companheiros!**

Por que se luta?

Diante da percepção das contradições que as cercavam, as mulheres camponesas iniciaram um processo de organização de base, ainda no início da década de 1980. Os indicativos de luta resultaram no longo processo de conscientização acerca da equivalência de direitos entre mulheres e homens. Luta por dignidade, respeito, garantias básicas, como atendimento médico e hospitalar, aposentadoria por tempo de serviço, associação aos sindicatos, reconhecimento como ***agricultora*** e a participação efetiva na luta coletiva.

Um marco

O dia 8 de março de 1984, vê acontecer, no então distrito de Nova Itaberaba, no interior de Chapecó, uma grande concentração de mulheres, com a palavra de ordem 'Mulheres Unidas Jamais Serão Vencidas'. Porém, o Movimento só efetiva-se na prática, por isso, uma das primeiras ações definidas a partir dessa concentração foi a sindicalização das mulheres, que promoveu um rápido avanço nas bases do Movimento.

Os princípios

Define-se em 1985 que:

1) O Movimento das Mulheres Agricultoras é uma organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais dentro do

movimento Sindical, com direção própria das mulheres.

2) Para lutar contra todas as formas de dominação e exploração.

3) Para integrar as lutas específicas da mulher com as lutas da classe trabalhadora.

Algumas conquistas

A assistência médico-hospitalar em caso de acidente no trabalho no campo torna-se realidade, bem como a expedição de notas fiscais de “produtora rural”, a aposentadoria para mulheres agricultoras, a garantia de salário maternidade...

Desde então

O Movimento se consolida, ganha espaço e reconhecimento, angariando conquistas e interferindo de modo sensível e contundente na política do país, mudando sensivelmente a realidade do campo, uma vez que muitos dos direitos conquistados, beneficiam a todos os trabalhadores do campo, para além da questão de gênero. Postos tradicionalmente ocupados por figuras masculinas, agora viam a ascensão de mulheres sindicalizadas, politizadas e lutadoras, empenhadas por uma causa e cientes da própria força.

Ao longo dos anos 1990, o Movimento reafirma suas bandeiras de luta e se define como um movimento de mulheres trabalhadoras, ressaltando a questão de classe. Porém, o nome **Movimento de Mulheres Agricultoras** já não dá mais a dimensão do espaço de atuação e inserção, então, ocorre uma grande reestruturação, desde as bases do Movimento que vai denominar-se, a partir de então, **Movimento de Mulheres Camponesas**. A bandeira lilás continua marcando o caminho trilhado por essas mulheres audaciosas que mudaram a história camponesa no Brasil.



Passeata na Concentração do Dia Internacional da Mulher, em Nova Itaberaba/SC, em março de 1989.



Ivete Mendes (Itá/SC) e Cleonice Nogueira (Quilombo/SC), do grupo de monitoria de sementes crioulas, em momento de mística. Encontro de formação realizado em Chapecó/SC, em março de 2005.

Movimentos: lutas camponesas no oeste catarinense
Equipe do CEOM



Família de Tereza Arnhold, durante almoço, na filmagem para o projeto “Sementes crioulas e hortaliças”, na Linha Sede Capela – Itapiranga/SC, em janeiro de 2005.



Clarice Nogueira e sua filha Carina no Primeiro Congresso Nacional do MMC/Brasil, na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, no dia Internacional da Mulher, 2004.



Arranjo de sementes crioulas e hortaliças, com a bandeira do Movimento ao centro. como uma das simbologias do MMC, em Chapecó, no ano de 2005.



Luiz Inácio Lula da Silva, Dom José Gomes (Bispo Diocesano de Chapecó), Rigoberta Menchú (Nobel da Paz 1994), na Concentração Comemorativa dos 10 anos do MMA/SC, ocorrido em Chapecó, 12 de agosto de 1994.



IX Assembléia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas, em Itapiranga/SC, novembro de 2004.



Grupo de mulheres em frente a Igreja Senhor Bom Jesus em Xanxerê/SC, momento de “envio” de caravana de mulheres à Brasília, para negociar reivindicações do Movimento, dia Internacional da Mulher, 1992.

Movimentos: lutas camponesas no oeste catarinense
Equipe do CEOM



Momento de partilha, durante uma manifestação conjunta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em agosto de 1988.



Primeiro Congresso Nacional do MMC/Brasil, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, no dia Internacional da Mulher, 2004.

Movimento dos trabalhadores sem terra

Tempo

Mil novecentos e setenta e cinco (1975).

O espaço

Oeste de Santa Catarina.

A condição

Sem terra.

Era ainda ditadura militar, as organizações sociais aconteciam de maneira clandestina, muitas vezes com apoio de instituições religiosas da linha progressista. No oeste catarinense, a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, colaborava na organização e resistência dos expropriados da terra. Era uma organização de caráter religioso com conotação ecumênica, com participação da Igreja Luterana, inclusive na direção nacional da Comissão Pastoral da Terra. A intenção expressa era colaborar para o crescimento político, animando os trabalhadores do campo, nas lutas e na organização. Ser posseiro, naquele tempo, era uma condição múltipla. Havia os pequenos agricultores que viviam como arrendatários ou agregados. Havia os colonos expropriados pela demarcação de terras indígenas, havia os agricultores destituídos pela construção de barragens ao longo do leito do rio Uruguai...

A luta

Esse cenário de expropriação vai resultar, no início dos anos 1980, na luta pela terra, de forma organizada. No início, ainda não há uma separação explícita entre as noções de “Luta” e “Movimento”. Tal conceito vai se definir mais tarde, pela percepção

de que a “Luta” é uma ação ainda incipiente, dependente de outras instituições, enquanto o “Movimento” é autônomo, independente e tem uma dinâmica própria.

As noções em torno da luta vão do extremo da organização e esclarecimento social e político que definem algumas lideranças, até o completo alheamento dos participantes que se mantinham à margem das decisões, discussões e planejamentos, apenas integrando o grupo que participava do processo de ocupação efetiva do território.

O sonho

Para entender o Movimento dos Sem Terra, é preciso entender o valor simbólico que a terra representa aos seus integrantes. Mais que um bem imóvel, ela é a garantia de futuro, a possibilidade de uma identidade, o reconhecimento da dignidade e da cidadania das pessoas que a reivindicam. Porém, nos primeiros anos de ação, ter a terra era o objetivo fundamental. Ao longo da trajetória do Movimento, a discussão vai se aprofundando e vão se delineando outros valores que, agregados à reivindicação pela terra, vão dar consistência e sentido ao Movimento. Com o tempo, o debate em torno da necessidade da Reforma Agrária como uma questão urgente, foi também explicitando noções de justiça e direito, que reafirmavam a exigência pela terra.

A ousadia

As primeiras ações coletivas organizadas foram o acampamento Encruzilhada Natalino (RS), em 1981, e a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê (SC), em 1980. Ambas decisivas para impulsionar a organização do Movimento no Sul do país.

Habitar um acampamento...

Mas... o que significa a ocupação de um espaço territorial pré-determinado? Em última instância, é um ato político, que intenta chamar a atenção do Estado para uma situação emergencial, que exige uma tomada de posição urgente.

“Ocupar” um terreno assinalado como improdutivo, tem uma linguagem diversa nos meios de comunicação formal: é a “invasão”, termo repudiado pelos protagonistas da ação, que se apresentam como atores de um processo. Processo, aliás, que é o resultado de um longo tempo de preparo, de organização, de reflexão...

O “acampamento” é, sim, um ato político, repleto de significados e simbologias. Lembra em muito a própria marcha bíblica, em busca da terra prometida. Mas é também um tempo de sofrimento, de medo, de riscos e incertezas em que a fé e a esperança são fundamentais para a continuidade, para a persistência na luta. Aliás, as próprias noções da teologia da libertação são fundamentais nesse momento em que a própria vivência se configura numa prática religiosa a tal ponto que é tida pelos integrantes como reza, oração vivenciada na prática.

A permanência

O trabalho coletivo e a solidariedade são marcas do Movimento, e refletem-se na utilização da terra, na organização do espaço social do acampamento e, mais tarde, no cotidiano da nova comunidade que se forma, após o reconhecimento do território ocupado como de propriedade do grupo. Porém, esse é um processo que vai amadurecendo ao longo do tempo, com a implantação dos assentamentos e a estabilização dos grupos de assentados... Vale lembrar que, nesse contexto, ser “assentado” implica o estabelecimento da família de agricultores e no início de uma nova etapa, em que a luta não se encerra, mas se modifica, porque, além de garantir o acesso à terra para si, é preciso lutar pela reforma agrária para todos e por condições justas de trabalho no campo.

Nos dias de hoje

Ao longo do tempo, o Movimento vai assumir seu próprio espaço, afastando-se da regência religiosa e afirmando-se cada vez mais como um movimento social. Ganha espaço e reconhecimento em todo o Brasil. Tendo sempre presente que a luta, o processo de ocupação e uso da terra não são questões isoladas ou lineares, mas fazem-se de contradições, desistências, conflitos, desafios e conquistas. Porém, sobressai sempre o desejo por uma condição de vida e de trabalho mais digno, mais humano e igualitário. E o próprio cenário político e social do país deixa entrever as marcas dessa ação que é contínua e conflitante, mas que tem um papel decisivo na construção da democracia e da cidadania na sociedade brasileira contemporânea.

Atualmente, mais de vinte anos depois, embora muito tenha se avançado na realidade camponesa brasileira, o Movimento ainda tem sua razão de existir, na luta por reforma agrária e justiça no campo.



Acampamento Fazenda Celulose, em Ponte Serrada/SC, em 2003.



A campamento na Fazenda Celulose, em Ponte Serrada/SC, em 2003.



A campamento na Fazenda Rocha, em Fraiburgo/SC, abril de 1999.
Foto: Letícia Barqueta.

Movimentos: lutas camponesas no oeste catarinense
Equipe do CEOM



Vista do Acampamento estabelecido na Fazenda Volta Grande, em Abelardo Luz/SC, outubro de 1987.



Momento de confronto entre militantes e policiais, em acampamento em Campo Erê/SC, novembro de 1987.



Militantes empunhando ferramentas de uso cotidiano, que são também símbolos de luta do Movimento



Trabalhadores ocupantes da Fazenda Volta Grande em Abelardo Luz, outubro de 1987.

Movimentos: lutas camponesas no oeste catarinense
Equipe do CEOM



Ocupantes na Fazenda Celulose, em Ponte Serrada/SC, em 2003.



Militante Anônimo.
Movimento dos Sem Terra/
SC.



Ocupação da Fazenda Celulose, em Ponte Serrada/SC, 2003.



Acampamento na Fazenda Rocha. Fraiburgo/SC, abril de 1999.
Foto: Letícia Barqueta.



Momento de ocupação da Fazenda Volta Grande, Abelardo Luz/SC, em outubro de 1987.

Notas

Elison Antonio Paim - responsável pelo Ceom

Denise Argenta - Téc. em Educação Patrimonial

Mirian Carbonera - Téc. em Arqueologia

Ademir Miguel Salini - Arquivista

Patrícia Heffel - Aux. de Pesquisa

Estagiários(as): André Lorenzoni, Alexandra Klaus, Andreza Bazzi, Ezequiel Listone,

Douglas Satirio da Rocha, Lucas Francheschi, Talita Andreolla, Vanderléia Sobierai,

Enelice Pansera

Voluntária: Solange Terezinha Schiliching Valente